



**SINOSSERRA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO,  
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

**Fazem parte dessas demonstrações de 30 de junho de 2018:**

**Balanco Patrimonial  
Demonstração de Resultado  
Demonstração do Patrimônio Líquido  
Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Notas Explicativas  
Relatório de Auditoria Independente**

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

**Guilherme Zugno Reis**  
Diretor Responsável pela Contabilidade

**Katia Cristina Reichert de Andrade**  
Contadora CRC-RS: 085035/O

***Demonstrações Financeiras Conglomerado***

***SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL***

***Novo Hamburgo - RS***

***30 de junho de 2018***

**SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Novo Hamburgo – RS

***RELATÓRIO DE AUDITORIA***

(Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2018)

**CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis dessa Instituição Financeira, relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2018.

Os trabalhos foram realizados segundo os padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

O presente relatório divide-se em:

- I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
- II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS**
- III - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS**

**I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Ilmos. Srs.

**DIRETORES E ACIONISTAS da**

**SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Novo Hamburgo - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **Sinosserra – Conglomerado Prudencial** que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial da Sinosserra Financeira S/A - CFI, em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação às instituições, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Grupo para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## **Outros Assuntos**

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao período findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Conforme Nota Explicativa nº 2, a empresa Sinosserra Administradora de Consórcios S.A., foi auditada por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria, em 26 de julho de 2018, sem modificações.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A Administração das Instituições é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade das instituições continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar as instituições ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança das instituições são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Grupo, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das instituições.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das instituições. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as instituições a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 04 de outubro de 2018.

Vicente Michelin  
CRC-RS 052.365

MICHELON Auditores e Consultores SS  
CRCRS 4.626

## **II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS**

**SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
Novo Hamburgo – RS

**BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL**

	NE	30/06/2018	30/06/2017
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>35.684</b>	<b>45.691</b>
Caixa e Bancos	4	50	133
Títulos e Valores Mobiliários	5	17.631	33.286
Serviços Prestados a Receber		71	76
Operações de Crédito	6	14.629	9.879
Adiantamento e Antecipações Salariais		40	26
Impostos a Recuperar	7	1.689	413
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	8	341	428
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9	891	879
Devedores Diversos – País		52	294
Despesas Antecipadas		42	36
Diversos		248	341
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>40.609</b>	<b>33.259</b>
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	8	1.815	33.259
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9	6.844	6.008
Operações de Crédito	6	8.167	666
Impostos Diferidos a Compensar		189	205
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10	11.158	10.797
Títulos e Valores Mobiliários	5	-	-
Aplicações em Quotas de Consórcios	11	200	1.677
Empréstimos a Grupos	12	10.596	8.786
Devedores por Depósito em Garantia		203	328
Investimentos em Imóveis		336	0
Imobilizado em Uso	13	1.050	1.051
Intangível	13	51	59
<b>Total do Ativo</b>		<b>76.293</b>	<b>78.950</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
Novo Hamburgo – RS

**BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL**

<b>PASSIVO</b>		NE	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>45.417</b>	<b>49.670</b>
Recursos de aceites cambiais			7.165	-
Dividendos a Pagar			-	-
Fiscais e Previdenciárias	14		807	1.017
Provisão para Pagamentos a Efetuar			152	163
Provisão para Férias c/Encargos			249	488
Credores Diversos – País			2.530	1.759
Recursos a Devolver a Consorciados	15		34.087	45.805
Provisão p/Contingências Trabalhistas	16		427	438
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>12.960</b>	<b>11.197</b>
Provisão s/Lucro Diferido			987	-
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	17		11.158	10.797
Recursos de aceites de cambias			615	40
Receitas de exercícios futuros			200	360
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>			<b>17.916</b>	<b>18.083</b>
Capital Social			10.000	10.000
Reserva de Capital			510	510
Reservas de Reavaliação			242	242
Reservas de Lucros	18		7.164	7.331
<b>Total do Passivo</b>			<b>76.293</b>	<b>78.950</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Novo Hamburgo – RS

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS - R\$ MIL**

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
	NE	
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.770</b>	<b>3.160</b>
RENDAS OPERAÇÕES DE CREDITO	2.239	1.461
RESULTADO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	19 531	1.699
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(350)</b>	<b>(165)</b>
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO	(159)	(37)
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(191)	(128)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.420</b>	<b>2.995</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.996)</b>	<b>36</b>
RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	8.093	9.029
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	20 225	15
DESPESAS DE PESSOAL	21 (1.931)	(2.753)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21 (2.306)	(4.140)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	23 (5.880)	(1.446)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	530	341
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(539)	(558)
DESPESAS FINANCEIRAS	22 (196)	(452)
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO	8	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>424</b>	<b>3.031</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>424</b>	<b>2.043</b>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	24 (112)	(661)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24 (96)	(310)
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO	(3)	-
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>213</b>	<b>2.060</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>0,04</b>	<b>0,37</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Novo Hamburgo – RS

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO - R\$ MIL**

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
<b>Fluxo das Atividades Operacionais</b>	<b>(580)</b>	<b>2.577</b>
Resultado Líquido do Exercício	213	2.060
Ajustes ao Resultado:		
Resultado de exercícios futuros	(58)	115
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	191	128
Resultado Abrangente	-	2.250
Despesas de Depreciação e Amortização	28	31
Baixas Imobilizado	21	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	1	20
Impostos Diferidos a Compensar	12	(19)
Variações no Ativo Circulante		
Títulos e Valores Mobiliários	(1.990)	(96)
Operções de Crédito	(7.492)	(5.258)
Serviços Prestados a Receber	(64)	59
Adiantamento e Antecipações Salariais	(8)	(2)
Impostos a Recuperar	(263)	388
Devedores p/ Compras de Bens	-	27
Devedores p/Compras Participações	(12)	(403)
Devedores Diversos – País	627	(102)
Despesas Antecipadas	(19)	(28)
Outros Créditos	(203)	201
Variações no Passivo Circulante		
Aumento em Recursos de aceites cambiais	9.210	3.955
Fiscais e Previdenciárias	(37)	253
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2	(115)
Provisão Férias e 13º Salário	120	386
Credores Diversos – País	(1.076)	363
Recursos a Devolver a Consorciados	(442)	(2.548)
Variações no Ativo Não Circulante		
Devedores p/ Compra de Bens	181	116
Devedores p/Compras Participações	176	862
Aplicações em Cotas de Consórcios	-	270
Empréstimos a Grupos	(673)	(341)
Devedores por Depósito em Garantia	(12)	5
Variações no Passivo Não Circulante		
Fiscais e Previdenciárias	987	-
<b>Fluxo das Atividades de Investimento</b>	<b>(2.142)</b>	<b>(5.033)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	(1.975)	(5.027)
Investimentos em Imóveis	(162)	(6)
Aquisição de Imobilizado	(5)	-

<b>Fluxo das Atividades de Financiamento</b>	<b>(1.039)</b>	<b>(4.703)</b>
Dividendos Propostos/Pagar	(1.039)	(4.295)
Juros sobre Patrimônio	-	(408)
<b>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(3.761)</b>	<b>(7.159)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	18.109	39.465
No Final do Exercício	14.348	32.273
<b>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(3.761)</b>	<b>(7.159)</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Novo Hamburgo – RS

**DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ MIL**

	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Aumento de Capital</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Lucros Retidos</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Totais</b>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>10.000</b>	<b>510</b>	<b>279</b>	<b>782</b>	<b>771</b>	<b>230</b>	<b>5.609</b>	<b>-</b>	<b>18.181</b>
Pagamentos Dividendos Suplementares								(4.000)	(4.000)
Reversão Reserva de Lucros Retidos							(4.000)	4.000	-
Resultado do Período							-	2.060	2.060
Juros sobre Capital Próprio distribuídos							-	(408)	(408)
Resultados Abrangentes							-	2.250	2.250
Destinação do Resultado							-	-	-
Reserva de Lucros Retidos							3.689	(3.689)	-
<b>Saldo em 30/06/2017</b>	<b>10.000</b>	<b>510</b>	<b>279</b>	<b>782</b>	<b>771</b>	<b>230</b>	<b>5.298</b>	<b>213</b>	<b>18.083</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>10.000</b>	<b>510</b>	<b>451</b>	<b>1.012</b>	<b>771</b>	<b>230</b>	<b>4.729</b>	<b>-</b>	<b>17.703</b>
Resultado do Período							-	213	213
Reserva de Lucros Retidos							193	(193)	-
<b>Saldo em 30/06/2018</b>	<b>10.000</b>	<b>510</b>	<b>451</b>	<b>1.012</b>	<b>771</b>	<b>230</b>	<b>4.922</b>	<b>20</b>	<b>17.916</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## **SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Novo Hamburgo – RS

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (EM R\$ MIL)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”) opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito e administração de consórcio para aquisição de bens.

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS**

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

<b>Empresas</b>	<b>Atividades</b>	<b>Domicílio</b>	<b>Controladas</b>	<b>Participação conglomerado - % (direta e indireta)</b>
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

<b>Empresas</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Resultado do Exercício</b>
Sinosserra Administradora de Consórcio	61.794	49.622	12.172	193
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	26.493	20.749	5.744	20
Ajustes e Eliminações	11.994	11.994		
<b>Demonstrações Financeiras Conglomeradas</b>	<b>76.293</b>	<b>58.377</b>	<b>17.916</b>	<b>213</b>

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

### **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

#### **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

#### **d) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

#### **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por

cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

#### **f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")**

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

#### **g) Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

##### **g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

##### **g.2) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

#### **h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

#### **i) Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

#### **j) Imobilizado e intangível**

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

#### **k) Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

#### **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que

estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

#### NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

<b>Caixa e Equivalentes</b>	<b>30/jun/18</b>	<b>30/jun/17</b>
Caixa	-	2
Bradesco	50	118
Banrisul	-	13
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>133</b>

#### NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>30/jun/18</b>	<b>30/jun/17</b>
Cotas de Fundos de Investimentos	11.798	22.691
Títulos de Renda Fixa	5.833	10.595
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>17.631</b>	<b>33.286</b>

#### NOTA 6 - CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

A composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

Nível de risco	%	30/06/2018		30/06/2017	
		Saldo Carteira	Prov. (-)	Saldo Carteira	Prov. (-)
A	0,5%	20.475	(102)	10.412	(52)
B	1,0%	2.189	(22)	69	-
C	3,0%	162	(5)	33	(1)
D	10,0%	51	(5)	15	(1)
E	30,0%	42	(13)	11	(3)
F	50,0%	42	(21)	24	(12)
G	70,0%	23	(16)	39	(28)
H	100,0%	176	(176)	73	(73)
<b>Total</b>		<b>23.156</b>	<b>(360)</b>	<b>10.716</b>	<b>(171)</b>

As operações de crédito são compostas por empréstimos nas modalidades crédito pessoal e crédito consignado, e por financiamentos nas modalidades de CDC e Vendor.

	<b>30.06.2018</b>	<b>30.06.2017</b>
Circulante	14.629	9.879
Realizável a Longo Prazo	<u>8.167</u>	<u>666</u>
<b>Total</b>	<b><u>22.796</u></b>	<b><u>10.545</u></b>

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	<b><u>30.06.2018</u></b>	<b><u>% da carteira</u></b>	<b><u>30.06.2017</u></b>	<b><u>% da carteira</u></b>
10 Maiores Devedores	966.729	4,17%	1.074.491	10,03%
50 Maiores Devedores	2.254.518	9,74%	1.688.498	15,76%
100 Maiores Devedores	2.166.849	9,36%	1.057.965	9,87%
Demais Clientes	17.773.239	76,73%	6.907.148	64,34%

#### **NOTA 7 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

Abaixo seguem impostos a recuperar registrado nessa rubrica.

<b><u>Impostos a Recuperar</u></b>	<b><u>30/jun/18</u></b>	<b><u>30/jun/17</u></b>
Impostos diferidos a compensar	443	413
Saldo negativo exercícios anteriores	1246	-
<b>Total Impostos a recuperar</b>	<b><u>1.689</u></b>	<b><u>413</u></b>

#### **NOTA 8 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS**

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios S/A, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

#### **NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES**

Nesta rubrica estão registrados os seguintes valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios: venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda, valor de R\$ 661, para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra, sendo que a última parcela vence em abril de 2020; venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda no valor de R\$ 5.595; e a venda a controladora de ações em tesouraria em 12/2016 no valor de R\$ 1.479.

#### **NOTA 10 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS**

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta "Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante".

#### **NOTA 11 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS**

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

#### NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

#### NOTA 13 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

##### a) Imobilizado

	CONSOLIDADO						
	Saldo Inicial 31/dez/2017	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 30/jun/2018	Depreciação Acumulada	Saldo residual 30/jun/2018	Saldo residual 30/jun/2017
Terrenos	305			305		305	305
Prédios e Benfeitorias	555	3		558	5	553	559
Veículos	123		21	102	4	98	91
Computadores e Periféricos	30	1		31	4	27	27
Móveis e Utensílios	77	1		78	11	67	69
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.090</b>	<b>5</b>	<b>21</b>	<b>1.074</b>	<b>24</b>	<b>1050</b>	<b>1.051</b>

##### b) Intangível

	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Outros	Saldo final	Depreciação	Saldo residual	Saldo residual
	Depreciação	31/dez/2017		Movimentos	30/jun/2018	Acumulada	30/jun/2018	30/jun/2017
Marcas e Patentes	10,00%	10			10	5	5	9
Direito de Uso e Proc de Dado	20%						0	1
Direito de Uso de Software	20%	46			46		46	49
<b>Total Intangível</b>		<b>56</b>			<b>56</b>	<b>5</b>	<b>51</b>	<b>59</b>

#### NOTA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E RPROVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

Obrigações Sociais e Fiscais	30/jun/2018	30/jun/2017
Imposto de renda retido na fonte	78	69
IRPJ/CSLL a recolher	0	450
Retenções e contribuições	235	32
INSS a recolher	64	98
ISS a recolher	76	63
FGTS a recolher	21	27
PIS e COFINS a recolher	158	128
Obrigações com salários	175	150
<b>Total Obrigações Sociais e Fiscais</b>	<b>807</b>	<b>1.017</b>

#### NOTA 15 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

**NOTA 16 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS**

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

**NOTA 17 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS**

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

**NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) CAPITAL SOCIAL**

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, teve suas atividades iniciadas em novembro de 2015, tendo a constituição do capital nesse mesmo ano no valor de R\$ 5.500 mil.

A Sinosserra Administradora de Consórcios S.A. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

**b) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

A Sinosserra Administradora de Consórcios S/A possui nessa rubrica valores de reavaliação de seus imóveis levando os mesmos a valor de mercado.

**c) RESERVAS DE LUCROS**

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	30/jun/2018	30/jun/2017
Reserva subscrição de ação	510	510
Reserva de reavaliação	242	242
Reserva legal	1.012	781
Reservas estatutárias	6.152	6.550
Reserva para aumento de capital social	772	772
Reserva para amortização de prejuízos	230	230
Reserva para Lucros Retidos	5.150	5.548

**NOTA 19 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Sinosserra CFI		Sinosserra Consórcios	
	30/jun/18	30/jun/17	30/jun/18	30/jun/17
Aplicação em CDB	-	-	193	312
Fundos de Investimento	61	57	277	1.330
	<b>61</b>	<b>57</b>	<b>470</b>	<b>1.642</b>

**NOTA 20 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

**NOTA 21 - DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS**

	<b>CONSOLIDADO</b>	
<b>Despesas Operacionais e Administrativas</b>	<b>30/jun/18</b>	<b>30/jun/17</b>
Despesas Fixas	121	521
Despesas Semi-fixas	1.071	342
Despesa com pessoal	1.931	2.755
Despesas Variáveis	1.114	3.275
<b>Total Despesas Operacionais e Administrativas</b>	<b>4.237</b>	<b>6.893</b>

**NOTA 22 - DESPESAS FINANCEIRAS**

<b>Despesas Financeiras</b>	<b>30/jun/18</b>	<b>30/jun/17</b>
Juros e despesas financeiras	124	297
Variação monetária	72	155
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>196</b>	<b>452</b>

**NOTA 23 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

<b>Despesas Tributárias</b>	<b>30/jun/18</b>	<b>30/jun/17</b>
PIS/COFINS	887	973
Impostos Municipais	416	452
Outros Impostos	4.577	21
<b>Total Despesas Tributárias</b>	<b>5.880</b>	<b>1.446</b>

**NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>30/jun/18</b>	<b>30/jun/17</b>
IRPJ	112	661
CSLL	96	310
<b>Total do IRPJ e CSLL</b>	<b>208</b>	<b>971</b>

**NOTA 25 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basiléia)**

No exercício findo em 30 de junho de 2018, a Sinosserra Financeira S/A – CFI encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela resolução 2º 2099/94 e legislação complementar do Banco central do Brasil.

Com um Patrimônio de Referência – PR de R\$ 9.469.032 apresentou Índice de Basileia de 16,26%.

#### **NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO**

O Grupo Sinosserra possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto pelos membros de sua Diretoria, cada risco conta com um diretor responsável, devidamente registrado no BACEN. A Instituição preza pelo monitoramento constante de seus riscos estabelecendo políticas e práticas que resultem na maximização da eficiência no uso do capital contribuindo para a escolha das oportunidades de negócios.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

##### **I – RISCO DE CREDITO**

O Grupo Sinosserra, em consonância com a Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, e visando atender a todos os requisitos regulatórios, possui adequada estrutura de Gestão do Risco de Crédito, que permite o controle dos possíveis riscos em que a Financeira esteja incorrendo, compreendendo principalmente procedimentos que são analisados periodicamente pelo Comitê de Crédito.

##### **II – RISCO OPERACIONAL**

O estabelecimento de controles internos é fundamental para a gestão eficiente do risco operacional, logo, o Grupo Sinosserra avalia todos os produtos, serviços, processos, sistemas, unidades/atividades e pessoas sob o enfoque de risco operacional.

##### **III – RISCO DE MERCADO**

O Grupo Sinosserra avalia mensalmente o comportamento das taxas de juros projetadas para os próximos anos e a sua relação com as taxas pré-fixadas utilizadas pela Instituição, visando minimizar ou eliminar riscos de variação que prejudiquem o resultado da instituição.

A mitigação deste risco tem como componente a diversificação dos riscos e estabelecimento de spreads mínimos pretendidos nas operações/produtos, mantendo equilíbrio na relação risco/retorno.

##### **IV – RISCO DE LIQUIDEZ**

O Grupo Sinosserra entende que é imprescindível a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

##### **V – RISCO DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

Para assegurar a existência de uma estrutura de gestão de capital a Instituição realiza a definição de metas e limites que possibilite o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos

**III - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS  
CONTROLES INTERNOS**

**OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS  
CONTROLES INTERNOS**

No que se refere a observância das normas legais e regulamentares bem como recomendações para o aperfeiçoamento dos controles internos da instituição, nada de relevante foi detectado que merecesse qualquer tipo de menção ou comentário.

Porto Alegre, 04 de outubro de 2018.

MICHELON Auditores e Consultores SS  
CRCRS 4.626

Vicente Michelin  
CRC-RS 052.365/O-8